

PMDB se alia a PFL e PSDB e impõe derrota ao governo Lula no Senado

Pauta fica trancada, mostrando que governistas não têm maioria na Casa

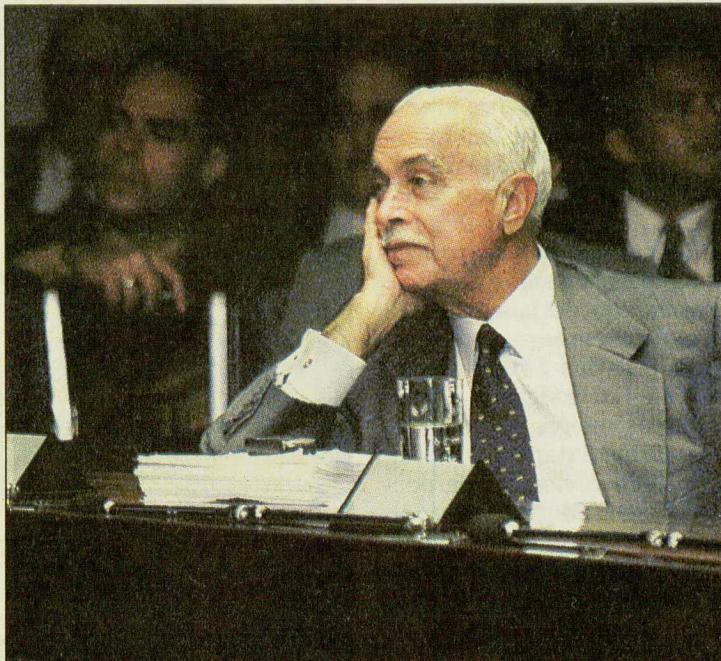
Lydia Medeiros

● BRASÍLIA. O governo Luiz Inácio Lula da Silva sofreu ontem sua primeira derrota no Congresso. Sem avançar na negociação para atrair o PMDB, consolidando a tão buscada maioria, os líderes governistas não conseguiram impedir a articulação do partido com o PFL e o PSDB, que se valeram de uma medida provisória sobre a renegociação das dívidas do setor rural para evitar a instalação do Conselho de Ética. Com isso, retardaram o início de uma investigação, que estava previsto para hoje, sobre a participação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) nos grampos ilegais da Bahia. E mantiveram a pauta trancada, o que atrapalha os planos do governo de votar projetos de seu interesse e as reformas.

O PFL usou argumentos técnicos, alegando que a medida não atendia aos interesses dos agricultores, e convenceu o PSDB e o PMDB a se aliarem, pedindo o adiamento. Unidos, derrotaram o governo, que queria a imediata votação da MP para desobstruir a pauta de votações, condição para a instalação do conselho. Haverá nova tentativa de aprovar a medida provisória hoje.

PMDB mostra que governo precisará do partido

Foi a oportunidade prática para o PMDB mostrar ao governo que precisa dos votos do partido e terá de se esforçar mais para isso, indo além de elogios e promessas, e oferecendo poder de fato. Apesar de ter participado do acordo fechado na noite de terça, o líder Renan Ca-



ANTONIO CARLOS acompanha em silêncio a votação no Senado

lheiros (AL) disse que não poderia recusar o pedido do PFL e dar pelo menos mais 24 horas de prazo para a votação.

Para se justificar, Renan chegou a dizer que o relator não concluirá seu trabalho, fato desmentido quando Jonas Pinheiro (PFL-MT) passou à leitura do relatório.

— Esse episódio mostrou que o governo não tem maioria congressual. Só vota na hora que quer quem tem maioria — simplificou Renan.

Os líderes governistas foram os primeiros a dizer que a solicitação do PFL era uma manobra para preservar Antonio Carlos, que assistiu calado à sessão. Assim que tomar posse, o conselho deve examinar recurso do PT que pede uma investigação preliminar dos fatos, o que exporia o senador, apesar de não significar a abertura de um processo de

cassação do mandato.

— Espero que os partidos revejam essa posição, porque pode haver insinuação perigosa. Se deixarmos de votar, vai haver uma relação direta com o Conselho de Ética, e isso não é bom para ninguém — disse o líder do PT, Tião Viana (AC).

Para insistir na votação, o governo argumentou que no acordo de terça-feira ficara estabelecido que seria editada nova MP, em 30 dias, beneficiando especialmente os pequenos agricultores endividados. Ficariam fora do texto os grandes produtores rurais, segundo o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), porque a situação orçamentária não permitia uma solução rápida para esse caso.

— Não podemos tratar problemas distintos da mesma forma — afirmou.

O líder do PFL, José Agripino

(RN), disse que fora procurado por mais de dez deputados, de vários partidos, que reclamaram da MP porque não contempla os produtores com dívidas superiores a R\$ 500 mil. E pediu mais tempo para a negociação. Os líderes do PSDB e do PMDB imediatamente concordaram, apesar dos apelos de Mercadante.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que procura manter uma aliança tácita com o PFL para agirem juntos como oposição, ficou irritado com as insinuações de Tião sobre o caso Antonio Carlos, endossadas por Heloísa Helena (PT-AL). Agripino rejeitou qualquer ligação entre a conduta do partido e uma tentativa de ajudar Antonio Carlos:

— Rejeito qualquer insinuação de que o objetivo do PFL tenha outra conotação que não a de levar benefícios reais aos agricultores!

— Se o Conselho de Ética não se reunir amanhã, estará caracterizada uma vergonhosa manobra — disse Heloísa Helena.

Líder do PT depõe hoje sobre caso do grampo

Enquanto o Senado não instala o conselho — apenas o PMDB do presidente da Casa, José Sarney, não indicou seus cinco integrantes — prossegue o inquérito da Polícia Federal. Hoje, às 10h, o líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), vai depor. A PF deve ouvir também o ex-deputado Benito Gama, que teve seus telefones e os da família grampeados. ■